Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: DIFICULDADES PERCEBIDAS PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE AO ATENDER DEMANDAS DE USUÁRIOS TRANSEXUAIS E TRAVESTIS

Relatoria: Pedro Davi Carlos de Moura
Lígia Fernanda da Silveira Andrade
Hilza Beatriz Barbosa de Sousa

Autores: Gabriel Carlos Rodrigues
Gabrielly Cristina Vieira Oliveira
José Lucas Fernandes

Modalidade: Pôster

Área: Inovação das práticas de cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

No ano de 2006 a população LGBTQIA+, antes conhecida como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), alcançou certa representatividade dentro do Conselho Nacional de Saúde onde foi publicada a Carta de Direitos do Usuário do SUS (Sistema Único de Saúde). Carta esta que preconiza o atendimento humanizado, livre de preconceitos e discriminação para todos os usuários independente de gênero e/ou orientação sexual, além do atendimento com uso do nome social para as pessoas transexuais e travestis. No entanto, apenas em 2011, foi promulgada a portaria que garantia a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT). Embora a PNSILBGT preconize e garanta os direitos a essa população, é evidente a grande dificuldade dos profissionais de saúde em lidar com as necessidades deste público. Objetivou-se identificar as dificuldades percebidas pelos profissionais de saúde ao atender pessoas transexuais e travestis, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi realizada uma revisão integrativa de literatura a partir de uma pesquisa qualitativa, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), onde realizou-se os cruzamentos dos descritores preestabelecidos e utilizou-se de quatro critérios de inclusão. A análise dos achados apontou dificuldades dos profissionais no manejo com a população LGBTQIA+. Esses impedimentos são evidenciados pela formação acadêmica, muitas vezes, com concepções exclusivamente tecnicistas e biomédicas com enfoque nas IST e riscos associados, não contemplando a saúde em sua dimensão mais ampla. Representou ainda, a forma como os profissionais são instruídos academicamente, pouca discussão acerca da orientação sexual e identidade de gênero e limitada capacitação que norteie as abordagens dos profissionais em seus atendimentos, aspectos que se relacionam diretamente com a qualidade da assistência prestada aos usuários, como também o motivo de distanciamento desse público aos equipamentos de saúde. Por intermédio dos achados, é perceptível a não aplicabilidade da PNSILGBT nas ações práticas dos profissionais no contexto holístico da saúde das pessoas transexuais e travestis. Observa-se também a negligência acerca da promoção e prevenção de saúde, havendo enfoque apenas nos níveis secundários e terciários, culminando em maiores gastos de recursos públicos. Portanto, a capacitação profissional para atender este grupo deve ser pautada de maneira integralizadora às suas necessidades específicas.